

A Faculdade de Educação e a pesquisa educacional

Professores que se encarregarão dos nossos painéis. Em primeiro lugar, passo a palavra ao Prof. José Mário Pires Azanha, que falará sobre a pesquisa educacional no CRPE.

Srs. Membros da Mesa e Senhores presentes. Fui convidado a fazer uma breve descrição do que foi a experiência do antigo Centro Regional de Pesquisas Educacionais "Prof. Queiroz Filho", na área de pesquisa educacional. Os centros, pelo menos o centro de São Paulo, atuaram principalmente em três áreas, ou quatro, se levarmos em conta também o então Serviço de Recursos Audio-Visuais que se organizou aqui. Essas áreas eram a de Pesquisa Educacional, a da Assistência Técnica, a de Aperfeiçoamento ao Magistério e a de Recursos Audio-Visuais. Eu participei na área de pesquisa desde 1957, daí a razão de minha presença aqui; ela se justifica em função desse depoimento pessoal que eu posso dar pela participação nesses longos anos de existência do Centro aqui em São Paulo. Desde 1957 participei de uma das coordenadorias de Pesquisa que inicialmente eram duas, uma de Pesquisa de Estudos Sociais e uma de Estudos e Pesquisas Educacionais, que posteriormente se fundiram numa só. Depois, mais tarde, fui Coordenador da Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais e Sociais, resultado da fusão das anteriores. Para compreendermos bem a atuação do Centro Regional de Pesquisas, na área da Pesquisa Educacional, acho importante uma referência ainda que sumária, dada a natureza dos trabalhos desta tarde, ao nascimento do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, que foi o modelo a partir do qual os demais

centros de Pesquisas se organizaram em São Paulo, na Bahia, e no Recife. O Prof. Anísio Teixeira promoveu várias reuniões, vários encontros, com cientistas sociais, educadores, intelectuais, em torno da idéia, de fundação do Centro Brasileiro de Pesquisas. Como resultado desses encontros e desses debates, um professor americano, Prof. Otto Klineberg, acabou elaborando um documento que tomou o nome de Documento Klineberg.

Esse documento era uma proposta de organização dos Centros de Pesquisas no País e de um certo modo, mal ou bem, com maior ou menor fidelidade esse documento foi orientador de todos os Centros de Pesquisas então fundados. A idéia principal desse documento era de que os Centros deveriam se organizar com o objetivo de elaborarem um mapa cultural do Brasil e também um mapa educacional, isto é, cada centro, na sua respectiva área de atuação, faria esses mapas cultural e educacional. Embora o documento fornecesse algumas indicações de como esses mapas deveriam ser elaborados, ele era relativamente sumário nessas indicações, mas a idéia fundamental era de que não havia um conhecimento sistematicamente organizado sobre o Brasil, embora tivéssemos centenas, milhares de estudos feitos ao longo de séculos de existência do país. Contudo, não tínhamos tido a preocupação de uma obra de síntese, que fosse capaz de nos dar isso que Klineberg chamou no documento, de Mapa Cultural do Brasil e de Mapa Educacional do Brasil. Acredito que ainda hoje, embora o documento tenha sido escrito há 30 anos atrás, ou mais um pouco, não é um documento fora de época ;

ele ainda conserva muito de atualidade em termos das considerações que faz sobre a cultura brasileira de um lado e educação brasileira de outro. A idéia do Prof. Klineberg era a de que a feitura desses mapas seria o ponto de partida para um esforço de descentralização das soluções educacionais brasileiras; o Brasil, por força da própria tradição portuguesa, por força da própria organização política, que, de um lado foi capaz de preservar a integridade do território, de outro conferiu sempre à nossa organização política uma forte centralização. Então a idéia dele era de que um esforço de descentralização poderia ser superficial e até inútil, se não levasse em conta fortes características de diferenciação cultural, social, educacional, que tínhamos. Por exemplo, na nossa legislação educacional, se levássemos em conta, a organização de currículo, o exame de 3 ou 4 documentos nos daria a visão do que é a educação brasileira no 1º grau, no 2º grau e no 3º grau. No entanto, todos nós sabemos que esses documentos realmente apenas constituem uma organização formal, uma ordenação legal que não constitui, na verdade, uma descrição do que efetivamente acontece nesses níveis de ensino. A idéia era a de que qualquer esforço para fundamentar uma política de descentralização deveria partir disso que ele então chamou de Mapa Cultural e Mapa Educacional brasileiro. E mais ainda, esse esforço de descentralização deveria ocorrer através de Projetos Pilotos de intervenção. Esses Projetos Pilotos seriam tentativas de inovação educacional, levando em conta peculiaridades regionais, tanto do ponto de vista cultural, social, como educacional. Esse documento fora oferecido à discussão de

alguns cientistas sociais, dentre eles ao Prof. Florestan Fernandes. O Prof. Florestan Fernandes fez um estudo, embora também rápido, sumário, como ele mesmo diz, sobre o Documento Klineberg, mas um estudo de extrema lucidez. Uma das críticas que o Florestan fez foi com relação à falta de uma dimensão histórica na preocupação de feitura desses mapas culturais e educacionais. O Documento Klineberg era omissivo com relação à dimensão histórica da realidade cultural e da realidade educacional brasileira e o Florestan achava que essa dimensão histórica era uma dimensão absolutamente essencial para que a feitura desses mapas não acabasse nos dando um retrato, uma visão estática de uma realidade que era extremamente móvel e plástica como ele dizia. Outra crítica que eu acho também de uma acuidade muito grande, foi com relação a absoluta insuficiência desses mapas culturais e educacionais para a formulação de uma política educacional. Porque a formulação de uma política educacional está muito mais ligada a uma orientação política em face da realidade brasileira do que a uma orientação que possa decorrer de estudos, por mais bem feitos que sejam esses estudos, sobre a realidade social e educacional. A acuidade da crítica aqui está justamente na percepção da importância de uma orientação política com relação às tentativas de modificações de intervenção na realidade educacional brasileira. As demais críticas que o Prof. Florestan Fernandes fez, são basicamente críticas de ordem metodológicas, que não teriam maior relevo para essa visão rápida que estamos querendo dar, dos Centros Regionais de Pesquisa. Tanto o documento Klineberg como a crítica do Prof. Florestan foram as coordenadas para a ins

talação dos Centros. Isso não significa que cada Centro de Pesquisa realmente se moldou, estabeleceu a sua linha de atuação a partir desses documentos. Nós tivemos, no Centro Regional de Pesquisas de São Paulo uma tentativa de feitura de um mapa da educação brasileira. Principalmente a Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais preocupou-se durante anos com a feitura desse retrato da educação brasileira e eu acredito que essa tentativa mostrou a pertinência da crítica do Florestan, de que dependendo do modo pelo qual o estudo fosse realizado, nós corríamos o risco de ter uma visão estática e rígida de uma situação extremamente móvel, extremamente alterado em função da passagem do tempo.

Houve outras tentativas de pesquisar no antigo Centro Regional de São Paulo. Uma delas foi inaugurada pelo Prof. Laerte Ramos de Carvalho, que transferiu — e aqui passo para um outro ponto importante, absolutamente importante dessa descrição — para o Centro Regional de Pesquisa, ao assumir a direção do mesmo, uma preocupação que ele já tinha como chefe do antigo Departamento de Pedagogia da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Houve um momento em que o Prof. Laerte passou a ser ao mesmo tempo o Chefe do Departamento de Pedagogia e o Diretor do Centro de Pesquisa. Em termos de pesquisas, propriamente, ele trouxe para o Centro de Pesquisas exatamente a preocupação com a dimensão histórica da educação brasileira, que havia sido omitida, ou pelo menos não referida, no documento Klineberg, e que o Prof. Florestan havia assinalado como uma lacuna. A idéia do Prof. Laerte,

que prevaleceu ainda depois da sua morte, e não apenas em termos do Centro de Pesquisa, mas também em termos da Faculdade de Educação, era a de elaboração de um conjunto de monografias que pudesse ser o material de base, a partir do qual valeria a pena tentar visões sintéticas da História da Educação Brasileira; a visão sintética da História dos Problemas Educacionais brasileiros. Nesse período do Centro de Pesquisas, em que houve uma convivência estreita entre o antigo Departamento de Pedagogia da antiga Faculdade de Filosofia, mas já a nascente Faculdade de Educação, mostrou-se uma excelente experiência e acredito que um dos resultados não visados na instalação do Centro, mas que se revelou altamente interessante, foi exatamente essa convivência, porque a verdade é que nem os cursos de graduação, e depois como nós descobrimos mais tarde, nem os cursos de Pós-Graduação, têm mostrado competência para formação do pesquisador educacional, não apenas na área da Educação, mas também na área das Ciências Humanas. De um modo geral, naquelas instituições universitárias, principalmente as ligadas às Ciências Humanas, em que não havia uma tradição de pesquisa, a fundação dos cursos de Pós-Graduação não foi suficiente para suprir esta ausência de tradição. No caso de São Paulo, do Centro Regional, que esta feliz coincidência de sob uma mesma direção nós termos a visão acadêmica e a visão da preocupação com a intervenção prática, tivemos uma possibilidade de formação de quadros de pesquisadores que mais tarde acabaram sendo aproveitados no âmbito da própria Universidade de São Paulo, com a posterior extinção dos Centros de Pesquisas Educacionais de São Paulo. Grande parte do pessoal que então trabalhava na área de

pesquisa do Centro Regional acabou sendo absorvido pela Faculdade de Educação e outros institutos. Mas essa experiência que foi uma experiência interessante, no seu término a questão da pesquisa educacional se colocou em outros termos na Faculdade de Educação, de um modo que tem persistido através dos tempos, que é o seguinte: a pesquisa educacional deixou de ser uma preocupação institucional, ou melhor, uma preocupação institucionalizada para passar a ser uma preocupação individual, pessoal. É o docente da Universidade que com suas obrigações de feitura de uma carreira acadêmica deve realizar uma pesquisa. Então a pesquisa é um assunto pessoal dele, e do ponto de vista institucional, não existe nenhuma motivação, nenhum amparo sistemático, que dê uma maior dimensão e que seja capaz de articular essa preocupação de ordem pessoal, de ordem individual, com interesses institucionais. Então, não obstante tenhamos excelentes trabalhos de pesquisas no âmbito acadêmico, esses trabalhos padecem dessa marca do artesanato pessoal, o que faz com que um certo tipo de pesquisa esteja sistematicamente excluído da preocupação pessoal, individual, por exemplo, a pesquisa empírica de maior fôlego, a pesquisa de campo, qualquer pesquisa que mobilize recursos financeiros e pessoais de maior envergadura, estão eliminadas de um plano, porque não existem possibilidades no plano institucional. Acho então que essa convivência do Centro com a Faculdade teve seu ponto alto exatamente nessa criação de oportunidades sistêmicas de formação do pesquisador educacional porque evidentemente a formação do pesquisador educacional não é questão de manutenção de cursos de pesquisas. Nenhum curso de metodologia da pesquisa nem em nível de graduação, nem em

nível de pós-graduação substituirá a oportunidade de formação do pesquisador eletivamente atuando no âmbito de uma pesquisa que envolva equipes, que seja realmente, não uma pesquisa isolada, mas uma pesquisa no âmbito de um programa maior. Tenho a impressão de que o principal do depoimento que poderia dar está situado nos termos do que disse, disponho-me depois a discutir algum ponto que seja de maior interesse. Mas volto a insistir em que a experiência de São Paulo dessa convivência acadêmica com a preocupação governamental de atuação foi extremamente fecunda e mais ainda, talvez em termos nacionais ainda não se tenha encontrado uma alternativa para o encaminhamento da pesquisa educacional.